

RECURSO ESPECIAL Nº 1.732.877 - PR (2018/0072877-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : LUIZ CARLOS CARNEIRO DE LIMA
ADVOGADOS : ALI TAWFEIQ - PR060909
RESHAD TAWFEIQ - PR060791
RAFAEL DEZORDI DA SILVA E OUTRO(S) - PR070583
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado por infração ao artigo 157, *caput* (roubo), do Código Penal, à pena de 5 (cinco) anos e 3 (três) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 (treze) dias-multa, ao valor unitário arbitrado no mínimo legal.

Irresignada a parte e interposto recurso, restou este desprovido por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 87):

APELAÇÃO CRIMINAL - DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE ROUBO PARA FURTO - IMPOSSIBILIDADE - EMPREGO DE GRAVE AMEAÇA MEDIANTE VIOLÊNCIA MORAL - LASTRO PROBATÓRIO SUFICIENTE A ENSEJAR A CONFIGURAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 157 DO CP - PEDIDO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU - INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §§ 2º E 11 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 16/03/2015 - IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VERBA ARBITRADA NA SENTENÇA DE FORMA CONDIZENTE COM O TRABALHO E TEMPO EXIGIDOS PARA A CAUSA, BEM COMO EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO CONJUNTA 13/2016-PGE/SEFA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que o acórdão proferido, ao deixar de arbitrar valor mínimo de honorários previstos na tabela da Seccional da OAB do Estado, violou o art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.906/94.

Requer que seja arbitrado novos honorários advocatícios ao defensor dativo em conformidade com a tabela de honorários da Seccional de Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil.

Contrarrazões às fls. 125/128.

Admitido o recurso (fls. 130/133), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo provimento do recurso especial nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 156):

RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSOR DATIVO. OBSERVÂNCIA DA TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB. PARECER PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório. Decido.

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. 984, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

Ocorre que, na data de 23/10/2019, foram julgados os Recursos Repetitivos referentes ao tema em questão, em que se fixou a tese de que "*as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado.*" (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado

Superior Tribunal de Justiça

no acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator